

## **A Importância das tradições culturais no contexto da globalização**

**Autor: Silvio Pinto Ferreira Junior**

**Área: Ciências Sociais**

A globalização, em termos gerais, não foi pensada como um projeto ou iniciativa de um governo ou de um Estado, mas é um grande mercado que se formou por entidades públicas e privadas que comandam e controlam hegemonicamente o mercado empresarial mundial. Tomou forma após a segunda guerra mundial, se remodelou com a decadência da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e do regime socialista, consolidando o sistema capitalista representado pelo gigante EUA.

O marco fundamental para dinamizar o "mundo sem fronteiras", foi representado simbolicamente pela queda do Muro de Berlim em 1989. De lá pra cá, a globalização proporcionou uma grande mudança política, econômica, social e cultural e abriu frente para um novo capítulo na história da Humanidade.

Com a economia americana fortalecida, individualmente as potências européias - principalmente - não dariam conta de competir com um mercado consolidado e que rapidamente se modernizava, a solução foi unir forças dando início ao Mercado Comum Europeu[1], hoje chamado União Européia. O bloco serviu de exemplo para outros mercados emergirem como por exemplo, o NAFTA[2], o ASEAN[3], o MERCOSUL[4], entre outros.

Nos países industrializados com os mercados internos saturados, empresas multinacionais buscaram novos mercados consumidores, principalmente dos países recém saídos do socialismo. Acirrando uma concorrência que fez com que as empresas utilizassem cada vez mais recursos tecnológicos para baratear os preços e estabelecer contatos comerciais e financeiros de forma rápida e eficiente.

Com a globalização veio a privatização das empresas administradas pelo Estado e a abertura dos mercados, estimulando ainda mais a concorrência. Neste contexto, tem papel fundamental a evolução dos meios de comunicação, mais baratos, mais abrangentes e mais eficazes que encurtaram distâncias - benefícios trazidos pela Internet, pelas redes de computadores, pelos meios de comunicação via satélite, etc.

Por outro lado, os países periféricos, menos industrializados e portanto menos preparados para enfrentar os desafios trazidos pela globalização, sofreram e sofrem ainda graves conseqüências, como é o caso de quase todo o continente africano, alguns países asiáticos, do leste europeu e da América Latina.

Muitas empresas multinacionais se utilizam desta fragilidade para exploração da mão de obra, matéria prima e energia mais barata, transferindo-se para estes mercados com o objetivo de reduzir custos no processo produtivo industrial.

Um tênis, por exemplo, pode ser projetado nos Estados Unidos, produzido na China

utilizando matéria-prima do Brasil, e comercializado em diversos países do mundo.

Para facilitar as relações econômicas, as instituições financeiras (bancos, casas de câmbio, etc.) criaram um sistema rápido e eficiente para favorecer a transferência de capital. Investimentos, pagamentos e transferências bancárias podem ser feitos em questões de segundos através da Internet ou do telefone celular. O inglês passa a ser a língua universal.

Diante deste quadro, na tentativa de encontrar uma visão coerente sobre esta questão, opto pela linha de pensamento de Milena Petters Melo quando descreve a globalização como um "fenômeno que se relaciona com as diversas dimensões da sociedade, nas suas feições econômica, política e cultural e se perfaz através de processos diferenciados. Por essa sua complexidade, não obstante as reiteradas recorrências ao termo, ainda hoje o debate sobre as diversas interpretações relativas à *globalização* é aberto, exatamente porque a sua primordial característica é a multidimensionalidade, fundada sobre e por elementos contraditórios que podem ser traduzidos nas dicotomias: global/local, universalismo/particularismo, identidade/diferença, liberdade/poder"[\[5\]](#).

"Um fenômeno que não é novo, mas se intensificou sobremaneira recentemente, sobretudo a partir das últimas duas décadas do século passado. Processos que se caracterizam pela mundialização da economia, a volatilidade do capital, a transnacionalização e precarização das relações trabalhistas, a redefinição paradoxal do Estado (que se enfraquece como promotor do bem estar social, mas deve se fortalecer para adequar as realidades nacionais à nova ordem econômica mundial e aos novos delineamentos da política internacional), a desregulamentação de direitos, a celeridade das informações, o relativismo da concepção de espaço e tempo (ante as inovações tecnológicas na área da informática e telecomunicações, que permitem a visualização da simultaneidade de eventos que ocorrem no mundo todo, e confundem a percepção do real com o virtual), a internacionalização dos problemas ecológicos, entre tantos outros fatores" (PETTERS MELO, 2008:03).

Porém, se de um lado as grandes potências se consolidam e defendem seus mercados, de outro, enfraquecidos, muitos países não conseguem acompanhar a velocidade destas transformações, seja por que não se encontravam num nível de industrialização competitivo, ou porque estavam resolvendo conflitos internos de ordem política, religiosa, econômica, enfim, criando uma grande margem de exclusão social. O lado negativo da globalização é a desigualdade social que se criou, o desemprego, a dependência econômica de muitos países e o grande fluxo migratório.

O movimento humano se inverteu em apenas um século. Até metade do século XX, o grande contingente de emigrantes partia da Europa em direção a países como o Brasil, EUA, Austrália, Argentina, etc., conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho. Nas últimas décadas, são os países europeus que sofrem com a *invasão* de imigrantes.

Na Europa, por um período, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o dinamismo econômico e a necessidade constante de mão de obra, o problema ainda não tinha as mesmas dimensões de agora. O problema da imigração naqueles tempos era solução, porém, hoje, com os mercados saturados, a concorrência acirrada para obter um emprego, a tecnologia tomando conta de diversos setores diminuindo o número de postos de ocupação, o imigrante passou a ser visto com outros olhos, como *invasor*.

Inexperientes, estes países tentam buscar alternativas e criam leis para frear o fenômeno, com objetivo de "proteger suas economias", numa clara demonstração de despreparo ferindo os preceitos da tão defendida democracia.

Esta é hoje uma das grandes questões em debate na Europa - Como lidar com o imigrante?

Tomando como exemplo a Itália, porta de entrada de muitos extra-comunitários que almejam viver na Europa, não são só os imigrantes provenientes de países africanos, asiáticos ou de pobres países vizinhos como por exemplo a Romênia e a Albânia, que procuram o país como destino. A legislação italiana teve que se adaptar também ao fluxo de descendentes dos italianos que deixaram o país em tempos difíceis. São os cidadãos italianos que vivem no exterior que fazem o caminho inverso, um "retorno" às origens.

São milhares de ítalo-brasileiros, ítalo-argentinos, ítalo-americanos, etc., que propagam a cultura da Itália num continente diverso, recebem a afetividade patriótica transmitida pelos pais, avós e bisavós e *refazem* um percurso que nunca fizeram antes. Retornam para onde nunca antes estiveram, divididos e movidos pelo sentimento de ser duplo cidadão.

Muitas vezes é mais fácil sentir-se cidadão italiano (para os que nasceram fora da Itália) em qualquer outro país do que na própria Itália. Como muitas, a sociedade italiana está despreparada para receber o imigrante, logo esta que por várias gerações conviveu com a emigração. O que cria um interessante contexto para analisar qual é o verdadeiro conceito de cidadania? Qual o valor da identidade cultural? Como lidar com a diversidade e a multiculturalidade? Questões estas que o Brasil, por exemplo, já resolveu há muito tempo e poderia dar uma importante contribuição para os países desenvolvidos que não conseguem ainda lidar com esta questão. Aponta Levy-Strauss:

"Na era da mundialização, em que a diversidade externa tende a tornar-se cada vez mais pobre, torna-se urgente manter e preservar a diversidade interna de cada sociedade, gestada por todos os grupos e subgrupos humanos que a constituem e que desenvolvem, cada um, diferenças às quais atribuem extrema importância. Em certa medida, a diversidade cultural poderá pelo menos ser mantida e estimulada pela preservação das especificidades culturais dos diferentes grupos sociais: assim como se criam bancos de genes de espécies vegetais para evitar o empobrecimento da diversidade biológica e o enfraquecimento de nosso ambiente terrestre, é preciso, para que a vitalidade das sociedades não seja ameaçada, conservar, ao menos, a

memória viva de costumes, de práticas e saberes insubstituíveis que não devem desaparecer. Pois é a diversidade que deve ser salva, não o conteúdo histórico que cada época lhe conferiu e que ninguém saberá perpetuar para além dela própria. A nova legislação brasileira abre, nesse sentido, vias que poderão ser úteis como inspiração para toda a comunidade internacional." (LEVY-STRAUSS, 2001:27).

Nesta mesma direção, Petters Melo descreve que a diversidade eclatante, que hoje a Europa vivencia como resultado dos processos de globalização, não é novidade para o Brasil. Como esclarece o Ministro Gilberto Gil: "no Brasil, já conhecíamos essa mistura fina havia muito tempo, até mesmo porque o País foi construído pela miscigenação de raças e de culturas, levadas de imigrantes de diversos países, migrações internas intensas, etc. Mistura é com a gente mesmo, vem daí a riqueza cultural". (...) Antes da Tropicália, observa Gil, os candidatos a tropicalistas já se encontravam imersos, de nascença, nessa mistura natural, nesse rico caldo de cultura. Tomando o pulso do tempo, resolveram criar um laboratório no qual passaram a cruzar, de forma intensiva, o samba tradicional, a bossa nova, o jazz, o rock e a música pop internacional. "Tratava-se de apreender a cultura como entidade fragmentada, como um conjunto plural de elementos para os quais nós buscávamos uma interlinguagem"<sup>[6]</sup> (2007:128).

Tomando como base a experiência dos festejamentos do "ano do Brasil na França, Petters Melo faz uma análise do pertinente pensamento do Ministro Gil:

"Assim, segundo o Ministro, o Brasil teria chegado antes da Europa a uma resposta cultural à globalização. Sem conseguir estabelecer seu lugar na modernidade, o Brasil teria queimado etapa e chegado diretamente à pós-modernidade. Diversamente das antigas potências coloniais - França, Grã-Bretanha, Portugal e Espanha - que tiveram de se modernizar para acertar o passo (ou pelo menos tentar) com a potência econômica americana, o Brasil, que também deveria seguir esse caminho, não pode fazê-lo. Excluído da via da modernidade por sua situação colonial, o Brasil experimentou os primeiros frutos daquilo que ainda não era chamado de pós-modernidade" (2007:129).

Muitos países criam leis e medidas restritivas contra a imigração, e, da maneira com que noticiam esta questão na mídia, acabam desenvolvendo uma sociedade xenofóbica, preconceituosa e intolerante que só vem a agravar o problema. Para alguns países que se sentem ameaçados pela inevitável penetração da cultura estrangeira, ao invés de instigar a intolerância, os meios de comunicação apoiados pelo Estado poderiam criar uma forma de conscientização da sociedade sobre o valor de seu produto ou saber. Deveriam caminhar junto com as ações relativas ao registro de manifestações culturais, não só para sua preservação, mas também para sua valorização, e esta valorização se reflete também na auto-estima do cidadão que se conscientiza da sua importância e da sua eficaz contribuição na sociedade, tornando-

se, assim, alerta às "interferências danosas".

"Desde o Renascimento, compreendeu-se que nenhuma civilização pode pensar sobre si própria, se não dispuser de uma ou várias outras que lhe sirvam de elemento de comparação. Para conhecer e compreender sua própria cultura é necessário aprender a vê-la do ponto de vista do outro, confrontar nossos costumes e crenças com aquelas de outros tempos e de outros lugares". (LEVY-STRAUSS: 2001, 27).

Muitos países desenvolvidos vêm a miscigenação, a influência de outras culturas, a presença "do outro" como uma ameaça à sua própria identidade cultural, e nas tradições culturais incorporadas por outros elementos tidos como inferiores, como uma influência negativa. O que nos faz repensar em que grau de civilidade estamos? Qual o rumo que a globalização está dando para esta nova concepção de mundo moderno? Estas são questões inseridas nesta temática e que merecem reflexão.

Vale mais uma vez apontar a contribuição de Petters Melo quando analisa o Tropicalismo:

"O Tropicalismo só aconteceu porque as condições certas estavam dadas. "Achávamos" comenta Gil, referindo-se ao tempo da Tropicália, "que o poder cultural de um povo dependia da sua capacidade para digerir a realidade global, mas ao mesmo tempo impor a sua singularidade". O verbo "digerir" remete à fonte que Gil não explica, mas é evidente: Oswald de Andrade e a antropofagia (...) No manifesto Antropófago, Oswald de Andrade declarava: "Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente" (...) Com a revolução de 64, o Tropicalismo usou as idéias do Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade para enfatizar a necessidade de transformar as influências estrangeiras em produto nacional". (2007:133)

Porém, falar em tradições culturais em tempos de globalização parece colocar em evidência o contraste entre o tradicional e o moderno, valores e visões de mundo.

A idéia de tradicional pode ser, a grosso modo, associada a certas qualidades que nossos olhos "modernos", por vezes cansados, identificam como positivas. Entre elas, estão a passagem do tempo mais lenta; um universo de relações sociais personalizadas, onde os mecanismos de controle social se exercem de modo informal; formas de comunicação que privilegiam a oralidade muitas vezes direta; a participação mais restrita dos meios de comunicação de massa no processo social.

A idéia de moderno, ao contrário, associa-se a uma passagem do tempo como que acelerada; a um ritmo intenso e por vezes vertiginoso de mudanças; às relações sociais impessoais; a uma ampliação e intensificação da circulação monetária e à presença mais intensa das chamadas formas de comunicação de massa. Vale ressaltar, entretanto, no seio desse conjunto, características sobre as quais estamos de acordo

em qualificar como 'positivas': um universo de valores democráticos, com as valiosas idéias de cidadania e direitos humanos, pelo menos tentando se adaptar ao contexto hodierno.

Encontramos comumente aspectos "modernos" e "tradicionais" integrados num único processo sócio-cultural (CAVALCANTI, 2001: 69).

A presença e interpenetração de tradições culturais distintas, mesmo em países de cultura consolidada, como a França, incita movimentos que podem ser resumidos no que tem sido denominado "desterritorialização da cultura", não há dúvidas de que essa ampliação no conceito de patrimônio cultural contribui para aproximar as políticas culturais dos contextos multiétnicos, multi-religiosos e extremamente heterogêneos que caracterizam as sociedades contemporâneas.

No âmbito das políticas internacionais e nacionais existem algumas instâncias de crítica e controle sobre as questões e situações relacionadas à proteção do patrimônio cultural. Organismos internacionais como a UNESCO e a OMPI (Organização Mundial para a Propriedade Intelectual), e nacionais, como os ministérios, secretarias, centros e fundações de cultura, universidades, programas e projetos específicos, estão, ideal e potencialmente, voltados para a salvaguarda das culturas tradicionais e dos bens referenciais para as identidades coletivas; para a garantia das condições de vida, de trabalho e dos direitos plenos para as pessoas e comunidades produtoras desse patrimônio.

Ao longo do século passado, pode-se dizer que os recursos destinados para tanto não foram suficientes entre tantos outros problemas, mas muitas políticas e programas foram implementados, e alguns foram bem-sucedidos. O que não deixa de ser animador diante do quadro alarmante de desigualdade social, intolerância étnica e subordinação sócio-cultural que se apresenta neste início de século XXI.

Este quadro sinaliza mais uma vez, a urgência do reconhecimento e respeito pelas diferenças culturais; a necessidade em afirmar e garantir a possibilidade de redutos de tradições que fundam autenticidades culturais, visões de mundo e identidades sócio-culturais autônomas, mas não obstante às instâncias da vida em que há maior ou menor integração coletiva ao "modo de vida moderno". Equacionar a conservação de pluralidade cultural e supressão de desigualdades sociais parece configurar uma das grandes questões a serem enfrentadas pela humanidade, no início do século XXI.

No mundo hodierno, vive-se cada vez mais em situações de interculturalidade, em cenários onde diversos sistemas culturais se interpenetram e se cruzam. Nesses cenários, tornam-se obsoletas as teorias de "contato cultural", pois não mais se trata de mapear apenas as marcas do confronto entre culturas desenvolvidas separadamente, demarcando a *diferença*, mas de observar que os grupos se apropriam de maneiras desiguais dos elementos de várias sociedades, rearranjando-os no que Canclini denomina processo de hibridização (CANCLINI, 1997). Outros preferem utilizar o termo transculturalismo para definir os processos que resultam em simbioses culturais: "o transcultural não é a combinação de elementos que antes eram puros; esses elementos já são produtos transculturais, e nunca, na história cultural do mundo, pode ser encontrado um elemento que não tenha passado por algum processo

transcultural".

O termo transcultural se aplicaria também às relações entre grupos diferentes numa mesma sociedade, uma vez que nestas coexistem grupos detentores de uma pluralidade de tradições demarcadas a partir de distâncias sociais, diferenças étnicas, religiosas, ocupacionais. Aos indivíduos que conseguem ultrapassar essas fronteiras e promover o encontro de mundos culturais distintos, creditou-se o título de mediadores culturais (PAES BARRETO & GODOY LIMA, 2001:81).

É em pensar em todas estas questões que se pode criar uma idéia da importância das tradições culturais no contexto da globalização. Não há solução para resolver os problemas deste encontro cultural que a globalização provocou, no entanto, há experiências positivas como o exemplo que o Brasil pode dar com relação à tolerância de se conviver com as diversidades.

---

[1] UE (União Européia) - hoje é constituída por 27 Estados Europeus e foi estabelecida em 1992. Nasce como CEE (Comunidade Econômica Européia) em 1957, designada em 1973 como CE (Comunidade Européia). Zona de livre comércio e circulação de cidadãos europeus pertencentes ao bloco.

[2] NAFTA (North American Free Trade Agreement), em português: Tratado Norte Americano de Livre Comércio. Envolve Canadá, México e EUA numa atmosfera de Livre Comércio entre os três países. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994.

[3] ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático). Constituída em 8 de agosto de 1967, composta pelos seguintes países: Tailândia, Indonésia, Malásia, Singapura e Filipinas, mas foram estabelecidos acordos de cooperação com o Japão, China e Coréia do Sul. É uma zona de livre comércio.

[4] MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). Envolve Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. São Estados associados: Chile, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Objetiva eliminar as barreiras comerciais entre os países membros do bloco. Foi estabelecido em março de 1991.

[5] PETERS MELO, Milena *Imigração e relações interculturais no contexto da globalização. Entre igualdade e diversidade, as novas fronteiras da democracia*. Itália, 2008 (Ementa do curso de formação para as Assistentes Sociais da Prefeitura de Nápoles, promovido pelo FORMEZ em maio 2005).

[6] PETERS MELO, Milena. (2007) *Tupi or not Tupi? Entre modernismo, tropicalismo e pós-modernidade: breve ensaio sobre a identidade no Brasil*. Itália.

## Descrição:

A globalização, em termos gerais, não foi pensada como um projeto ou iniciativa de um governo ou de um Estado, mas é um grande mercado que se formou por entidades públicas e privadas que comandam e controlam hegemonicamente o mercado empresarial mundial. Tomou forma após a segunda guerra mundial, se remodelou com a decadência da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e do regime socialista, consolidando o sistema capitalista representado pelo gigante EUA.